

# Expresso

DIRECTOR FRANCISCO PINTO DA SILVA

ELABORAÇÃO: ALBERTO DE CARVALHO; MARCELO DE SOUSA

IMPRESSÃO: ALBERTO DE CARVALHO; MARCELO DE SOUSA

**24 horas**  
em países

## Agricultura tema básico do C. de Ministros

PARIS (AP) - O Conselho de Ministros reuniu-se na tarde de ontem (7) para discutir a agricultura, tema que se tornou o ponto central da agenda da reunião. O primeiro-ministro, Jacques Chirac, fez um discurso de abertura, no qual afirmou que a agricultura é um dos setores mais importantes da economia francesa e que o governo está comprometido com a melhoria das condições de vida dos agricultores. O Conselho de Ministros decidiu aprovar um plano de ação para o setor agrícola, que inclui medidas para aumentar a produtividade, melhorar a distribuição de renda e promover a modernização das técnicas de cultivo. O plano também prevê a criação de novos empregos no campo e a melhoria das infraestruturas rurais.

## Bancários degladiam-se

PARIS (AP) - O Conselho de Ministros reuniu-se na tarde de ontem (7) para discutir a situação dos bancos franceses. O primeiro-ministro, Jacques Chirac, afirmou que o governo está preocupado com a situação dos bancos e que está tomando medidas para garantir a estabilidade financeira do sistema. O Conselho de Ministros decidiu aprovar um plano de ação para o setor bancário, que inclui medidas para aumentar a transparência, melhorar a gestão e promover a modernização dos serviços. O plano também prevê a criação de novos empregos no setor e a melhoria das infraestruturas financeiras.

## Cabo Verde independente

PARIS (AP) - O Conselho de Ministros reuniu-se na tarde de ontem (7) para discutir a independência de Cabo Verde. O primeiro-ministro, Jacques Chirac, afirmou que o governo está comprometido com a independência de Cabo Verde e que está tomando medidas para garantir a estabilidade política e econômica do país. O Conselho de Ministros decidiu aprovar um plano de ação para Cabo Verde, que inclui medidas para aumentar a produtividade, melhorar a distribuição de renda e promover a modernização das técnicas de cultivo. O plano também prevê a criação de novos empregos no campo e a melhoria das infraestruturas rurais.

## Soldados da R.T.P.

PARIS (AP) - O Conselho de Ministros reuniu-se na tarde de ontem (7) para discutir a situação dos soldados da R.T.P. O primeiro-ministro, Jacques Chirac, afirmou que o governo está preocupado com a situação dos soldados e que está tomando medidas para garantir a estabilidade financeira do sistema. O Conselho de Ministros decidiu aprovar um plano de ação para os soldados da R.T.P., que inclui medidas para aumentar a transparência, melhorar a gestão e promover a modernização dos serviços. O plano também prevê a criação de novos empregos no setor e a melhoria das infraestruturas financeiras.

## Congresso Pastoral em Lisboa

PARIS (AP) - O Conselho de Ministros reuniu-se na tarde de ontem (7) para discutir o Congresso Pastoral em Lisboa. O primeiro-ministro, Jacques Chirac, afirmou que o governo está comprometido com o Congresso Pastoral e que está tomando medidas para garantir a estabilidade política e econômica do país. O Conselho de Ministros decidiu aprovar um plano de ação para o Congresso Pastoral, que inclui medidas para aumentar a produtividade, melhorar a distribuição de renda e promover a modernização das técnicas de cultivo. O plano também prevê a criação de novos empregos no campo e a melhoria das infraestruturas rurais.

## Novas subsecretárias

PARIS (AP) - O Conselho de Ministros reuniu-se na tarde de ontem (7) para discutir as novas subsecretárias. O primeiro-ministro, Jacques Chirac, afirmou que o governo está comprometido com as novas subsecretárias e que está tomando medidas para garantir a estabilidade política e econômica do país. O Conselho de Ministros decidiu aprovar um plano de ação para as novas subsecretárias, que inclui medidas para aumentar a produtividade, melhorar a distribuição de renda e promover a modernização das técnicas de cultivo. O plano também prevê a criação de novos empregos no campo e a melhoria das infraestruturas rurais.

## Grupo CUF em foco na nova série de nacionalizações

PARIS (AP) - O Conselho de Ministros reuniu-se na tarde de ontem (7) para discutir o Grupo CUF e a nova série de nacionalizações. O primeiro-ministro, Jacques Chirac, afirmou que o governo está preocupado com a situação do Grupo CUF e que está tomando medidas para garantir a estabilidade financeira do sistema. O Conselho de Ministros decidiu aprovar um plano de ação para o Grupo CUF, que inclui medidas para aumentar a transparência, melhorar a gestão e promover a modernização dos serviços. O plano também prevê a criação de novos empregos no setor e a melhoria das infraestruturas financeiras.

## Costa Gomes (ao cabo de um dia de batistas) "Estamos coesos na acção"

PARIS (AP) - O Conselho de Ministros reuniu-se na tarde de ontem (7) para discutir a situação de Costa Gomes e a nova série de nacionalizações. O primeiro-ministro, Jacques Chirac, afirmou que o governo está comprometido com a situação de Costa Gomes e que está tomando medidas para garantir a estabilidade política e econômica do país. O Conselho de Ministros decidiu aprovar um plano de ação para Costa Gomes, que inclui medidas para aumentar a produtividade, melhorar a distribuição de renda e promover a modernização das técnicas de cultivo. O plano também prevê a criação de novos empregos no campo e a melhoria das infraestruturas rurais.

## "Pagado o preço de ser Erroz"

PARIS (AP) - O Conselho de Ministros reuniu-se na tarde de ontem (7) para discutir o preço de ser Erroz. O primeiro-ministro, Jacques Chirac, afirmou que o governo está comprometido com o preço de ser Erroz e que está tomando medidas para garantir a estabilidade política e econômica do país. O Conselho de Ministros decidiu aprovar um plano de ação para o preço de ser Erroz, que inclui medidas para aumentar a produtividade, melhorar a distribuição de renda e promover a modernização das técnicas de cultivo. O plano também prevê a criação de novos empregos no campo e a melhoria das infraestruturas rurais.

PARIS (AP) - O Conselho de Ministros reuniu-se na tarde de ontem (7) para discutir a situação de Costa Gomes e a nova série de nacionalizações. O primeiro-ministro, Jacques Chirac, afirmou que o governo está comprometido com a situação de Costa Gomes e que está tomando medidas para garantir a estabilidade política e econômica do país. O Conselho de Ministros decidiu aprovar um plano de ação para Costa Gomes, que inclui medidas para aumentar a produtividade, melhorar a distribuição de renda e promover a modernização das técnicas de cultivo. O plano também prevê a criação de novos empregos no campo e a melhoria das infraestruturas rurais.

## Quito, S. Cavaleiro Castro e V. Lourenço

PARIS (AP) - O Conselho de Ministros reuniu-se na tarde de ontem (7) para discutir Quito, S. Cavaleiro, Castro e V. Lourenço. O primeiro-ministro, Jacques Chirac, afirmou que o governo está comprometido com Quito, S. Cavaleiro, Castro e V. Lourenço e que está tomando medidas para garantir a estabilidade política e econômica do país. O Conselho de Ministros decidiu aprovar um plano de ação para Quito, S. Cavaleiro, Castro e V. Lourenço, que inclui medidas para aumentar a produtividade, melhorar a distribuição de renda e promover a modernização das técnicas de cultivo. O plano também prevê a criação de novos empregos no campo e a melhoria das infraestruturas rurais.

PARIS (AP) - O Conselho de Ministros reuniu-se na tarde de ontem (7) para discutir a situação de Costa Gomes e a nova série de nacionalizações. O primeiro-ministro, Jacques Chirac, afirmou que o governo está comprometido com a situação de Costa Gomes e que está tomando medidas para garantir a estabilidade política e econômica do país. O Conselho de Ministros decidiu aprovar um plano de ação para Costa Gomes, que inclui medidas para aumentar a produtividade, melhorar a distribuição de renda e promover a modernização das técnicas de cultivo. O plano também prevê a criação de novos empregos no campo e a melhoria das infraestruturas rurais.

## Construção civil: Provável declaração do estado de crise

PARIS (AP) - O Conselho de Ministros reuniu-se na tarde de ontem (7) para discutir a construção civil e a provável declaração do estado de crise. O primeiro-ministro, Jacques Chirac, afirmou que o governo está preocupado com a situação da construção civil e que está tomando medidas para garantir a estabilidade financeira do sistema. O Conselho de Ministros decidiu aprovar um plano de ação para a construção civil, que inclui medidas para aumentar a transparência, melhorar a gestão e promover a modernização dos serviços. O plano também prevê a criação de novos empregos no setor e a melhoria das infraestruturas financeiras.

**O DEBATE NA INTEGRAL**  
COMENTÁRIOS DA IMPRENSA FRANCESA  
Página 17 e 18

**AS RESERVAS PORTUGUESAS?**  
Pacheco  
Página 14

**OMEGA Speedmaster**



Imagem que ilustra as manifestações populares, ocorridas durante o processo de nacionalizações, que ocorreram no dia 25 de julho de 1975, em Lisboa, Portugal.

**OMEGA Speedmaster**

# 4 horas

## Agricultura, na básica C. de Ministros

A reunião que se prolongou por cerca de 12 horas, esteve presidida pelo Conselho Rerúto de Ministros, que contou com a presença dos titulares dos postos do PESA, AT das Finanças, Agricultura, Defesa, AS, Trabalho, TC, Indústria e Tecnologia e do Ministro de Estado do Ambiente.

Fuam realizados diversos debates relacionados com a reforma da lei e a aplicação de medidas em várias zonas do país, nomeadamente no Alentejo. Foi assinado o projecto do decreto de execução das normas a que deve obedecer a expropriação de terrenos e prédios rurais dando-se como exemplo — e como aplicação de uma tabela própria — aqueles que ocupam mais de cinquenta mil pontos (significando ponto o hectare ou uma unidade de independentemente desse ritmo, ultrapassou uma área) 100 hectares.

Foi definido igualmente o projecto de decreto lei extinguindo as coutadas com excepção das reguladas no decreto de lei 10. Será estabelecido o ordenamento cinegético do território das zonas onde será interdito o exercício da caça.

Fuam discutidos o respeitante ao trabalho agrícola e sua regulamentação, introduzindo-se inovação nas quotas se solicita a concessão de férias.

Fuam finalmente mereceu referência a proposta de exoneração do presidente do Conselho de Administração da S.N.T., a directora do jornal "O Século", do major do S.A.M., Avenidas Teixeira.

**Funcionários decaíam-se**  
O AMBIENTE de grande irreverência milhares de bancários não se contém, à noite, na voz do Operário, em assembleia

em tom quase sempre acido e ao qual as várias tentativas da presidência da mesa (a serenas os ázimos resultaram inevitavelmente frustradas) os intervenientes na reunião encontravam obstáculos difíceis de ultrapassar.

A tónica da acidentada assembleia foi dada pela instabilidade das duas correntes (políticas) em confronto nem um acordo ao menos tão. Isto é: a unidade da classe decaíam.

Quando sucessivas interromp os oradores — consoante as ideias que defendiam — assistiram vaiados ou aplaudidos, reactivamente pelas duas facções.

Alguns foram capazes de levar a sua ao seu moimbo. O espectáculo foi triste e por vezes degraente. Com insultos pessoais e quando podiam dizer que os bancários pouco ou nada adianam no sentido de solução a múltiplos problemas que têm a classe. A não ser o terrível mais fundo o fossa que separava e dividia.

## Cabo Verde independente

A DELEGAÇÃO portuguesa quartu esta madrugada na cidade da Praia, em representação oficial às celebrações da independência de Cabo Verde, é presidida pelo ministro-adjunto Vasco Gonçalves constituída pelo general de Brigada, capitão Graça Silva, primeiro-tenente de maior Sousa Lobo e primeiro-tenente Rosário Dias, representantes do Conselho da Região, e pelos ministros da Defesa, Santos, Pereira de Mota e Magalhães Mota, representantes governamentais. Partidos Comunista e socialista serão representados, respondendo ao convite oficial pelo secretário-geral Alvaro Cunha e pelo chefe do grupo parlamentar, Lopes Cardoso respectivamente.

A cerimónia que consagra a independência de Cabo Verde está prevista para as 11,30 hs de hoje, no estádio da cidade da Praia, sendo-se o regresso da delegação portuguesa para a terra de amanhã.

## Atividades da R. T. P.

O CENTRO da remodelação da «Pica de Informação» deverão abandonar, em hi, as suas funções na qualidade de Tenente-Coronel Galhardo (Tenente Barão) da 1.ª, respectivamente Presidente Director do Departamento de Informação.

## Congresso Pastoral em Lisboa

PRINCÍPIA na próxima segunda-feira Congresso Pastoral, em que participam sacerdotes vários países da Europa. A última hora, os participantes República Federal da Alemanha não vieram, alega ter a situação local no nosso país.

## Novos subsecretários

NO VISTA ao reforço da estrutura governativa dos departamentos económicos e financeiros, está prevista a breve a nomeação de membros do Governo, ao nível dos subsecretários, tanto no Ministério das Finanças, como, especialmente, nalguns dos Ministérios económicos.

## Revolução e felicidade

O PROBLEMA que crescentemente se põe, hoje em dia, em Portugal é o de saber se as pessoas estão satisfeitas, se acham que houve, na sua vida, um progresso claro, nítido, se entendem que as esperanças que alimentaram a seguir ao 25 de Abril estão a ser correspondidas.

Será por alguns considerado ultrapassado, quicá reaccionário, falar de felicidade em Julho de 1975. Mas a questão é essa, no fundo: as pessoas estão mais felizes (ou menos infelizes)? Ou, mais simplesmente: os portugueses são felizes?

É claro que se pode, imediatamente, responder que não há povos felizes, que a mera ideia de felizes e infelizes é burguesa, classista ou contra-revolucionária. É óbvio que se pode, rapidamente, contrapor que, se determinados líderes, da ribalta e dos bastidores, são felizes, respiram felicidade, aparecem sorridentes na Televisão ou transpiram segurança nas reuniões fechadas, a pergunta é falsa e capciosa, visto que, quando os chefes são felizes, o povo também o deve ser. É evidente que se pode, sem hesitações, contestar a oportunidade de, nesta ou em qualquer fase do processo revolucionário, haver quem, retrogradamente, se atreva a «entravar» o desenrolar dos acontecimentos, ousando interrogar-se sobre o contentamento (ou descontentamento) das pessoas que são, em qualquer caso, o objecto e o sujeito do referido processo revolucionário. A começar pelas classes trabalhadoras que foram, desde o início, invocadas como sua preocupação dominante.

Tudo isto será muito certo. No entanto, o problema subsiste: a maioria do povo português está satisfeito?

É o problema subsiste porque a prioridade absoluta atribuída à política apenas contribui para a auto-satisfação das cúpulas, e não dá resposta eficaz às necessidades reais das chamadas bases, ou seja, de mais de 95% da população.

Não chega dizer que as pessoas têm de ser revolucionárias, se elas não sabem, em concreto, no dia a dia, como são e para onde a revolução as conduz. Não chega dizer que quem não está bem em Portugal se vá embora, quando muitas das pessoas que têm partido o fazem por não encontrarem no seu país condições materiais ou psicológicas de existência.

Se não se pretende que apenas participe na transformação das estruturas uma minoria de iluminados, escolhidos por uma outra minoria (ainda mais minoria e ainda mais iluminada), se não se deseja fomentar a divisão e o ódio, se não se quer entregar de novo o país a uma nova classe dominante, perante a resignação temerosa (ou a irresoluta partida para o estrangeiro) dos dominados é necessário atender ao que os portugueses são e ao caminho que escolhem livremente para o país que é deles e onde têm o direito de viver, e indispensável não confundir o realismo da revolução com o confucionismo dos ambiciosos ou dos ingénuos.

GUERRA, Álvaro

NUMA ALTURA em que a Política de Informação apresenta um novo aspecto, pareceu demais dedicar hoje esta página a temas de informação e comunicação. Temos, pois, Álvaro Guerra que, já antes de "esse República" documentar, apresentar e que, portanto, não apresentamos. Comenta a "tática de escrita na revolução", propósito do PAP do Conselho da Revolução sazonada semana. Temos também Nuno Lopes, representante do FPD junto do cad. de Imprensa que explica o seu conceito de "Informar". Finalmente João Leitão, ex do EXPRESSO, fala da "batalla" da Informação.

ÁlvGuerra

# Um escritor na revolução

SE ME RESTAVAM dúvidas de que o Conselho da Revolução era a maior autoridade moral do País, elas dissiparam-se em grande parte no dia 21 de Junho de 1974, ao ouvir finalmente, da boca honesta do capitão Vasco Lourenço, o projecto de sociedade que tardava.

Por defender, na prática, a autoridade moral — e agora política — do Conselho da Revolução, corri já riscos suficientes para me permitir tomar livremente pública a minha posição, sem ter que explicar a cada passo que no pluralismo significa livre expressão e discussão de opiniões, significado consagrado agora expressamente no comunicado do Conselho.

Socialista e anti-fascista no activo antes do 25 de brél de 1974, não me fôra possível desde então o distanciamento necessário a uma análise serena da situação de um intelectual no país novo — enredado a cada minuto na teia intrincada que o dia a dia nos tem feito viver com mais prejuízo individual e colectivo que o proveito resultante de uma agitação nem sempre construtiva e, muitas vezes, desumana.

Tal reflexão havia de passar necessariamente pela leitura atenta da situação socio-política e, eventualmente, pela definição de uma política de informação, de um conceito de liberdade e de um modo de inserção do trabalhador intelectual no processo revolucionário, que permitisse uma outra forma de diálogo com o Poder. Tal forma não é cas-

tradora de acções claras, nem elimina totalmente o risco de ser trabalhador intelectual no Portugal de hoje. De quem nunca buscou o conforto de uma «castiça» e sempre denunciou, sem temores ocasionais ou sistemáticos, oportunismos e cegueiras partidárias, não é possível esperar lousaminhas ou inflamados ríspicos, ainda que o acordo de princípio se mantenha e justifique estas palavras que se querem clarificadas e terão, talvez, a força de um exemplo.

SERVIR, só para servir foi vocação de que nunca em mim dei conta. Se tal facto me trouxe algumas das incomodidades de que o convívio social e a coerência ideológica são férteis, a mim o devo e mas à ambição de alguns que usaram e abusaram da minha boa-fé, bem demonstrada «no antes» e «no depois» do 25 de Abril.

É, pois, o momento de lembrar que, até agora, nada pedi aos capitães e sempre lhes dei — na medida dos meus recursos — aquilo que me pediram. Nem «antes» nem «depois», me pediram que não fosse filiado num partido. Assim, continuei.

A colaboração, em tempos tão difíceis, foi leal e digna, ao ponto de lealdade e dignidade me terem valido alguma hostilidade.

Vem a propósito deslizar aqui um equívoco para o qual talvez eu mesmo tenha involuntariamente contribuído: sou um trabalhador intelectual e não um político. Devia condição me dispor a retirar os frutos — a

restituí-los, portanto, ao povo de que faço parte — sem a ambiguidade a que me obrigou o serviço prioritário de que os capitães me incumbiram, já que, em todo o processo, lhes reconheci autoridade para tal.

Recuperada, portanto, a minha condição, torna-se finalmente possível o exercício da liberdade e da imaginação criadora.

Assim seja, também, para todos os meus pares das letras e das artes. Com todos os benefícios do socialismo e do pluralismo.

O PRIMEIRO golpe na mitologia revolucionária foi, assim, desferido por obra do auto-crítico de 21 de Junho.

Como se sabe, no mito situa-se à direita (...) o oprímido faz o mundo, apenas tem uma linguagem activa, transitiva (política); o opressor conserva-o, a sua palavra é plena, intransitiva, gestual, teatral: é o Mito; a linguagem de um via transformar, a linguagem do outro via eternizar» (Roland Barthes).

Pois bem, os capitães tentam mudar de estilo e, no seu conjunto ou consenso, reconheceram facilmente pela primeira vez que no mito se situa à direita e que a transformação da linguagem é um acto revolucionário integral.

Vem isto a propósito, taDbém, do carácter não demagógico do documento de 21 de Junho. Quasi se encontrem os executores deste acto de libertação, já que o dia a dia prepara as mais perigosas

e tentadoras armadilhas. Aqui se situa a maior das preocupações restantes — a necessidade de coesão que permita a coerência actuante.

Considerando que o fim do ódio e da violência é, agora, objectivo primordial no caminho balizado por um projecto concreto, teremos de executá-lo a partir de uma leitura correcta das intenções enunciadas pelo Conselho da Revolução. F é o que temos obrigação de fazer.

Para um trabalhador intelectual a nova disposição dos homens de 25 de Abril relativamente à sociedade socialista constitui uma garantia de independência e de trabalho.

Tal garantia permitirá certamente o exercício pleno dos nossos direitos e liberdades — contribuição importante para a construção do socialismo — em pé de igualdade com todos os outros trabalhadores oprímidos e explorados pelo fascismo.

O RECONHECIMENTO de uma tarefa específica aos trabalhadores intelectuais completo a garantia da sua sobrevivência sem cedência obrigatória ao populismo ou à arte oficial cuja institucionalização em até agora uma ameaça, ameaça de esterilização da nossa capacidade criadora, como um prego que se teria de pagar à alfabetização total e a uma qualificação primária que nenhuma planificação poderia salvar do deserto que experiências alheias confirmam.

Assim, também a Informação é contemplada com a recusa

formal de um «ser monolítico de prolegómenos».

Aqui, a consci dos profissionais será j á prova como o elementar da correcta execuçã uma informaço pluralistaverdadeira. Espera-se que os j nistas escrevam bem, que tipógrafos componham bem os impressores imprimam — prioritariamente — embe do ésto colectivo da obi ainda, que a prática quota os reconcile no respicço trabalho pluralista e emiente social que lles é cois.

Será este circuito necessário para scap os males inúmeros querrentam a informaço e ificil têm tornado a abertura: caminho que conduza a parço de todos os cidadãos aoalho comum. Será mas ficõntrar esse caminho no plo mutuo e no reconhecimda dignidade humana dos cidadãos do que na luta pela luista de um poder fugaz tantas vezes, apenas airas ompromete a edificaçã da saúde sem classes e, principite, o fim da exploraço noemem pelo homem que, o se sabe, não é so material.

O OFICIO de crever não é um privilégio o foi no tempo do fago, por razões de inteligéner humanismo, nem o será ra para aqueles que recusam sus: cratismo e preferam este de e com o povo, em vez para o povo.

Sinto e sei, assim, estou a contribuir co meu sincero

testemunho para situar o trabalho intelectual na revoluço socialista e pluralista, conforme os capítles — menos românticos e sem cravos — a definiram.

À flor de Abril, todas as emoções eram legítimas. Agora, todo o trabalho consciense e crítico é exigível.

Muitas são as formas de o executar. Que cada um de nós encontre, em si mesmo, a que mas lúz poder ser ao património cultural português.

«O estilo é o homem» — que ninguém pense, portanto, encontrar o futuro no suicídio.

Uma literatura e uma arte à medida das esperanças revolucionárias só podem surgir da abertura sem restrições ao mundo contraditório dos homens, com a generosidade, a lucidez e a poética que inspirem as formas mais elevadas de luta pela dignificação do ser humano na sua diversidade.

Ter a consciência de que não vivemos num mundo de heróis é um bom ponto de partida para conciliar arte e política. A beleza e a justiça não têm modelos absolutos e únicos — são criações humanas cuja dimensão coincide com a nossa.

Sem que se prefigure aqui a subversão do colectivo — bem pelo contrário — reserva-se o lugar indispensável a quanto existe de íntimo e personalizado nas obras de arte que se conhecem.

De resto, não precisamos certamente de convencer ninguém de que a arte é, e será sempre, revolucionária.

Isidro João

## Um superministério da propaganda?

João Isidro

NO INÍCIO, foi a nacionalização da maior parte da imprensa por interposta banca.

A Emissora Nacional e a RTP eram já do Estado.

Em seguida veio a integração de meio-Ministério da Educação e Cultura no MCS (Ministério da Comunicação Social).

A imprensa regional sofre agora as consequências de não ter dado atenção às sugestões de Jessino, formuladas em pequeno-almoco na EN em data anterior ao 11 e (sobretudo) ao 12 de Março. Que se concentrasse, que se fundisse, ou os

seus leitores (quase quatro milhões, dentro e fora de Portugal) deixariam de poder contar com ela.

No capítulo da rádio comercial e no escorregadio terreno da distribuição de horários e frequências (porque do fazer ondas também cuida o MCS), muito haverá para dizer, mesmo sem falar da evolução do caso da Rádio Renascença... sobre os guerreiros que tinham numa mão a cruz e na outra a espada estamos já esclarecidos: antes de 25 de Abril, pelos livros oficiais; depois daquela data, mais pelos

oficiais que pelos livros. Para já sem falar do óbvio significado da entrega daquele posto emissor à hierarquia da Igreja Católica.

E, já que das repercussões da nacionalização da banca se falou, conveniente é lembrar que não pouco importantes editoras foram na leva dos jornais. As que ficaram de fora — tal como empresas jornalísticas ainda fora do «controlo» estatal — dependem em parte da cada vez menor vontade da banca no que diz respeito ao desconto das letras...

Depois da criação deste amplo sector de Estado, ao fim do sétimo dia, Jessino não des-camou.

E poderia?

### Da «Informação» dos monopólios ao monopólio da «Informação»

«... o problema é passível de ser exposto sob o seguinte esquema: os órgãos de informação

escrita unilateralidade de dominância burguesa para os grupos políticos económicos que os sustentam como o departamento de fidelidade, dentro de cada empresa, está para os centros de produção e venda; isto é, não semperficatórios». (Maj. Aventinense Teixeira ao EXPRESSO 17-5-75).

Para os militares (pelo menos vagamente portugueses, a imprensa epi sector deficitário que meia ser comprado — como meio — e os grupos ou grupos financeiros (sobretudo em relação por complicitades de sua indústria...) adquiriram à pré. no decurso da época marea, os jornais diários.

De modo, passada a fase da «Imprensa monopoliosa», entrou-se na oitavíssima etapa: a do monólio da imprensa. Somando emissoras de rádio e TV a meio EC e às editoras, ficando o rd de baixo da sombra tutelar do crédito nacionalizado... e o MCS viu-se objectivamente informado no primeiro ministério da propaganda a sério queletual conhece.

Não se tem causa o facto de o MCS estar ou não essa transformada e os resultados a que conduza. Mas, para além das declarações eventuais de inocência e doação de aspirina necessária para acabar com as dores da cabeça deste departamento marea (C. Jesuino nas instalações do «República» na noite de 19 para 20 de Maio: «Ainda há que existe a «República», sinónimamente independente e permitir uma informação pluralista. Óptimo que tenhamos o «EXPRESSO». E só lamentação que não haja mais «República» e o «EXPRESSO», a evolução conduza a um ministério de propaganda, ficando em aberto a discussão acerca de quem irá controlar para fazer a sua propaganda.

## Que partido tomar para definir querela partidárias

Antes do segundo pacto (ou programa) depois de 11 de Março — o «plano de acção política» de 21 de Junho — as culpas eram imputadas às querelas partidárias no uso da «informação» que o próprio Correia Jesuino qualificou publicamente de «monótonas», no decurso da sua vi-

sita nos Estados Unidos, enquanto Sr. Srte afirmava que os nossos meios são «ecuménicos de comunicação» sem, no entanto, se perguntar de que partidos e com que tratamento para cada um destes.

Para a política do MCS, seria tempo de pôr termo às querelas partidárias e, de imediato, duas possibilidades de solução ficavam abertas, a bem da «paiz e da «concordia» no interior dos jornais, rádio e TV: ou se procedia à pura e simples entrega da «informação» a um só partido e seis sempre independentes anexos (o curso dos acontecimentos apontava claramente para essa via), ou seria a autoridade do MCS quem viria a ditar as «diversificações» consideradas convenientes e oportunas; se aquela solução consubstanciava uma tendência já notada, esta revelava-se um tanto (muito) utópica, na medida em que não fornecia às redacções a base política ainda necessária (se bem que, por razões bem diversas das anteriores a 25 de Abril de 1974) para a manutenção dos jornais «a flutuar» no interior de uma actualidade agitada. Daí que alguns jornalistas ainda se preocupem com o conhecimento de quais os trabalhadores das redacções que recebiam «envelopes» do SNI (e não só), para conhecerem quem, apesar da censura, escrevia para os leitores — o povo, as massas ou o sector das massas que, apesar de desengano, ainda comprava o jornal — e quem se dedicava a prosa e pence mas bem colocados clientes. Sem isto, não haveria saneamento possível dentro de uma camada que figura entre as menos tocadas por esta salutar toca.

## «Batalha da Informação?»

«A Batalha da Informação terá que ser travada com muita determinação» (Capitão Castro, do CR, ao semanário «O JORNAL» de 6.6.75).

Produzidas ainda na primeira fase do «caso República», as declarações acima transcritas anunciavam já um facto próximo: as autoridades queriam tomar à «informação» mais a sério e o instrumento legal de que dispunham — a Lei de Imprensa, dita liberal — não o permitia. Mas os «casos» suce-

deram-se e desde a «exposição em Paris» até à revolta de cineclubes e cineastas bem patente no último Encontro, nas Caldas da Rainha, passando pela «lei da rádio» por publicar, o certo é que tudo augurava um destino pelo menos complicado para o recém-criado ministério da propaganda.

Lima coisa tem de haver, por discutirem que sejam, estas batalhas: obrigam a definição clara do inimigo a abater.

Mais: anunciaram a lista dos inimigos que cairão na próxima fase. Esclarecendo: cada etapa do processo político português anuncia a próxima e prepara a opinião pública para as medidas que se seguirão: desta forma, campanhas anteriores ao 11 de Março apontavam já para a nacionalização da banca, tal como a institucionalização do MFA atravessava um período de preparação através de contactos com os partidos. De qualquer modo não podem deixar de ser interpretados como um sério aviso os ataques a jornais economicamente independentes da tutela estatal.

O modelo político exposto, quando aplicado à «batalha da informação», tem vindo a suscitar sérias dúvidas e reservas e, inclusivamente, boatos que as autoridades deviam desmentir tão cedo quanto possível, atendendo ao facto de a Imprensa, como a Informação em geral, ser um sector «quente». Assim, e mais ou menos na altura em que foi desmentida a passagem do «Avante!» a diário, circulou a notícia de imminente concentração do «Diário de Lisboa», «O Século» e «Diário de Notícias» num só jornal, com prejuízo para os trabalhadores destas publicações. Ao mesmo tempo, falou-se na criação de um monopólio estatal para a importação do papel, que seria distribuído («racionado») pelas diversas publicações.

Por outro lado, e face às declarações de Correia Jesuino ao «Nouvel Observateur» quanto à eventualidade da próxima entrada de militares nas redacções, um bem humorado grupo de jornalistas preparou os uniformes para os chefes e subchefes de redacção e as fardas para redactores e estagiários, ao mesmo tempo que reivindicam oficiais com a patente de coronel. A perspicácia do leitor fica a descoberta das razões de tal exigência.

LOPES,



# Da objectividade da Informação

Norberto Lopes

AO FALAR da objectividade da informação, não deixo de se pôr o problema da sua autenticidade. Como pode o jornalista — perguntar-se-a — assegurar que são verdadeiras todas as informações canalizadas para os jornais, quer pelas fontes habituais de informação, quer pelos seus próprios serviços? Como pode ele exercer um controlo imediato e seguro sobre a qualidade da informação que lhe é fornecida?

Antes de mais nada, sempre que for possível, o jornalista deve ter o cuidado de indicar as fontes. Se é uma agência que informa, é a ela que se deve atribuir a responsabilidade da informação. Mas a própria rapidez dos meios de comunicação e a variedade das fontes permitem exercer um controlo mais ou menos seguro sobre as notícias. Novos meios de expressão, como a telefotografia, a rádio e a televisão, vieram contribuir para que esse controlo se exerça com celeridade crescente.

O problema da exactidão das notícias não pode, contudo, levar-se a excessos de escrupulo que impediriam ou retardariam a sua publicação, com prejuizo da actualidade, a deus é que o jornalismo tem de render culto. A Imprensa não é a História. O jornalista não é um historiador. Conta os factos como chegam ao seu conhecimento ou como os viu ele próprio. Pode haver uma ou outra inexactidão

na narrativa. Pode ter visto as coisas por um prisma diferente daquele por que as viram os outros espectadores. Se é daltónico, por exemplo, não pode reproduzir as cores com rigorosa exactidão. É frequente, ao relatar o mesmo acontecimento, dois ou mais repórteres divergirem em certos pormenores. Cita-se aquele exemplo típico de uma cerimónia oficial a que assistia uma «senha». Um repórter, ao fazer o relato da festa, disse que o vestido da soberana era azul claro, outro afirmou que era cor-de-rosa e um terceiro garantiu que era lilás. Afinal, parece que o vestido era verde... Outro exemplo, citado por Ondré Ravry no seu livro «Curiosidades do jornalismo»: No dia 6 de Maio de 1932, o presidente Doumer foi assassinado por um terrorista russo durante a visita a uma exposição de livros de antigos combatentes franceses. No dia seguinte, «Le Journal» escreveu: «O chefe do Estado recebeu dois tiros de revólver no lado do crânio e na axilla direita». «Victoire» falava de «vários» tiros de revólver, «L'Echo de Paris» de «quatro», «L'Ordre» de cinco, «République» de seis, enquanto «Le Figaro», mais prudente, se limitava a escrever: «Um terrorista russo disparou muitos tiros de revólver sobre o sr. Doumer, que morreu este manhã, às 4 horas e 40 minutos».

«O jornalista», escreve Danton Jobim na sua «Introdução ao

jornalismo contemporâneo», desloca-se na realidade de hoje. Não é o historiador que, no seu gabinete, pesa os factos sem paixão e extrai deles a lição para a posteridade. O jornalista fala aos seus contemporâneos, procurando extrair dos factos o que julga útil ao esclarecimento da conjuntura política e útil à causa que defende.

«O facto», prossegue o ilustre mestre brasileiro, é que o jornalista possui a sua verdade. Uma verdade por assim dizer provisória, contingente, melhor ainda uma hipótese impossível de verificar pelos meios de que se serve o historizador. É sobre esta hipótese que ele trabalha, tirando conclusões que não podem ser as do sociólogo.

Claro que há princípios morais a que tem de se submeter o exercício da nossa profissão, princípios que impedem de adulterar conscientemente a verdade ou de deturpar os factos e os textos para servir uma causa, boa ou má. «O que é importante», escreve ainda Danton Jobim, é que o jornalista que comenta um acontecimento não o faz com o fim de servir a História, de pronunciar um juízo definitivo. O máximo que se pode exigir dele são conclusões provisórias, *se res statibus*. Eis a razão por que nenhum mortal está como ele sujeito a incoerência. As revisões de juízo, as mudanças de pontos de vista em face de situações novas, desva-

pointam o público e podem decair creditar um jornal. Mas são coisas inevitáveis e os verdadeiros jornalistas mudam com humildade e elegância.

Evidentemente que ninguém é infalível ao emitir determinado juízo sobre um facto político sobre um homem público ou sobre um acontecimento, seja de que natureza for. Há sempre lugar para rectificar uma opinião ou para reparar um erro. Aquilo que se recusa a fazer é não é um jornalista honesto não passa de um faccioso cuja opinião não podem deixar de se considerar suspeitas.

«O jornalista», escreve ainda Danton Jobim, mais do que qualquer outro, comete falta e pratica injustiças. Os seus juízos são formulados à pressa. O que se critica muito num homem da Imprensa, a incoerência, é muitas vezes a consequência das rectificações sucessivas de atitude feitas com o mais honesto dos propósitos. Humildade para a «mea culpa» e coragem para verificar as suas falhas, eis as virtudes indispensáveis ao exercício de uma profissão em que o poder do bem e do mal é tão grande.

O jornalista, repetimos, não faz História; mas reúne os materiais para que o historiador a possa fazer. Como diz Edward Carr, os factos narrados pelo jornalista «vão para a História» o que os titulos, o aço e o cimento são para a arquitectura. São



factos que devem ser estabelecidos, examinados e verificados... Mas não são em si factos de História. É a decisão que toma o historiador de se servir deles, a convicção de que eles têm um sentido para ele ou para a sua obra, que os torna factos de História. E quantas vezes o próprio historiador, situado já fora das paixões que agitam uma época e deformaram a perspectiva real dos acontecimentos, falta ele próprio à verdade ou a conta a seu modo, consente as predileções do seu espírito e as suas tendências políticas ou filosóficas? Ora, como nós não pretendemos fazer História, não podemos preocupar-nos com a exactidão de um ou de outro pormenor que não invalida, todavia, o essencial da notícia. Recordam-se daquele episódio contado num dos seus últimos discursos pelo sr. dr. Oliveira Salazar, a propósito da utilidade da informação, seja qual for o ponto de vista pela qual a encaremos. Tratava-se de uma notícia de jornal que lhe dizia respeito e que provava, com todas as suas inexactidões, o valor informativo da imprensa.

«Eu não tinha saído naquele dia, não tinha viajado naquele comboio, não fora aquela terra, não estivera ausente aquele tempo. Onde a verdade da informação? O senhor Cardeal Patriarca, que sempre foi mais liberal do que eu, concluiu que a verdade, a exactidão da notícia estava em que tinha saído de Coimbra. Não fiquei convencido, mas a vida ensinava-me depois que mesmo essa pequena fração de verdade pode ser útil, porque por ela se pode vir a conhecer e a afirmar o real.»

Neste caso trata-se, evidentemente, de uma «charge». Mas a verdade é que o jornalista ao escrever apressadamente a notícia, não pode prender-se com pormenores rigorosos ou com uma exactidão impecável. Temos de fazer depressa. Temos de escrever contra-relógio. O comboio não espera. As camionetas têm o seu horário. Os aviões têm de partir a horas. Os leitores impacientam-se. Há alguns que se conservam fiéis ao seu jornal; mas há outros que comparam a primeira que aparece, sobretudo ao domingo, em que eles estão em pulgas por saber os resultados da bola. O jornal tem de sair, portanto, a horas certas. Qualquer atraso na hora de sair pode acarretar prejuízo considerável: a perda de comboios, a perda de leitores. Dai a rapidez com que se escrevem os artigos, com que se redigem as notícias, com que se confeccionam as reportagens. Há na factura de um jornal, por mais cuidados que se tenham, uma dose de improvisação que muitas vezes ocasiona deslizes e deficiências que a boa vontade do leitor se encarrega de suprir e de desculpar. De qualquer modo, a reportagem é sempre um documento vivo, palpitante,

actual, enquanto a História se comprez numa análise serena e fria, impregnada de espírito crítico e destituída, em teoria, de qualquer paixão. O jornalista testemunhou o acontecimento. O historiador «comenta-o» fora do âmbito da actualidade, à luz dos conhecimentos que a Filosofia política põe ao seu alcance. Claro que há, por vezes, precepções imperdoáveis no trabalho do jornalista. Mas também há erros graves na apreciação do historiador. A pressa levava-nos, com mais frequência do que seria para desear, a cometer «gaffes» que somos os primeiros a lamentar e a procurar corrigir. Quem pode exigir a perfeição de uma obra que nunca está acabada e que tem de se refazer em cada vinte e quatro horas?

Louvo-me, mais uma vez, na opinião autorizada de Danton Jobim: «Para a sua própria natureza, a informação jornalística é superficial, recolhida e redigida à pressa. O jornalista não pode esperar que a verdade saia do poço. Desce ao fundo e vai surpreendê-la, com a máquina a tirá-lo. Mas não tarda a descobrir que a verdade tem muitos rostos e é essa a razão por que se limita a fotografar aquela que, segundo o que lhe dita o seu instinto, pode interessar mais os leitores.»

«Se fosse costume — prossegue a citação — publicar um facto depois de o ter inteiramente verificado, não haveria jornalismo. E se esse critério se estendesse ao historiador, o Mundo continuaria na ignorância de acontecimentos importantes dos séculos passados, observo muito bem Luis Wily, do «New York Times», porque os historiadores ainda não se passaram de acordo sobre a verdade precisa em relação a acontecimentos que registam.»

Como exemplo típico da precipitação com que se fazem os jornais e da corrida contra-relógio que se estabelece em relação a certos acontecimentos, cita-se a famosa «gaffe» de «La Presse», de Paris, que, na sua edição especial de 5 de Maio de 1927, anunciou a chegada de um avião chegado aos Estados Unidos de Nungesser e Coli, os dois malogrados aviadores que tentaram a travessia do Atlântico, quando a essa hora, provavelmente, eles jaziam já no fundo do oceano. A imprensa americana, tão ciosa da sua objectividade e da sua exactidão, não pôde considerar-se também isenta de pecado. No dia 2 de Novembro de 1948, um dos maiores jornais dos Estados Unidos, o «Chicago Daily Tribune», que dispõe de uma máquina de informação primorosamente montada, não hesitou em dar a notícia de que Thomas Dewey era o novo presidente, quando a esta hora Truman já tinha sido eleito. A propósito de «gaffes», ocorre-nos também uma que aconteceu em Lisboa

nos primeiros anos do regime republicano, quando «O Mundo» anunciou «urbi et orbi» a eleição de um cardeal português, para o trono de S. Pedro. Que se tinha passado? O jornalista fora vítima de uma mistificação num gabinete ministerial, onde foram mandados um telegrama que foi postumamente «esquecidos» em cima de uma secretária. Quem pode livrar-se de cair em tal esparrela? É evidente que uma informação exacta e sempre preferível a uma notícia incompleta e precipitada. É opinião assente que um jornal que corre, deliberadamente, o risco de publicar notícias deficientes e não controladas sacrifica ao futuro o presente.

Há quem suponha, e com certa justificação, que os grandes órgãos de imprensa, pela importância nacional de que se revestem e pelos interesses que podem afectar, têm uma tendência natural para se solidarizar com os actos do Poder, perdendo por esse motivo uma boa parte da sua independência, da sua imparcialidade e do seu valor informativo. Ora, a verdade é que o interesse nacional coincide, muitas vezes, com a defesa dos poderes constituídos — ouso a falar em tese —, se esses poderes têm origem na Nação e traduzem a vontade do Povo que delegou neles a sua soberania. Mas quando essa tem oposição deliberada, a independência da imprensa, se não estiver de qualquer modo impedida de o fazer, exige que dê conta dessa mudança e seja intérprete fiel das aspirações e dos anseios formulados pelo país que tem obrigação de servir. Assim, quando se tem oposição deliberada, nem aquiescência sistemática, como quer Pierre Bismont e como querem, certamente, os directores de todos os jornais independentes do Mundo.

Com efeito, o jornal deve manter-se acima e à margem das tendências partidárias, dos interesses privados, das oligarquias reinantes. Mas, mesmo sem serem solidários com o Poder, os grandes órgãos de informação têm de ter sempre em conta as responsabilidades que assumem, e são obrigados a exprimir, com certa circunspeção, para não criar a perturbação no espírito dos leitores que confiam neles. Um jornal de pequena tiragem pode permitir-se a audácia de escrever um artigo incendiário, sem que daí resulte um grande perigo para a sociedade. Mas se esse mesmo artigo aparecer num jornal de grande expansão, as consequências podem ser muito diferentes. Querendo significar que não fica bem a um gigante bater num pigmeu, ou que um grande jornal não se deve empregar a seu gosto para condenar uma pequena falha, um eminente jornalista português, o dr. Augusto de Castro, costuma dizer que não se atira a um pedral com um canhão.

Tem-se dito, e com razão, que

a imprensa é uma arma de dois gumes. Assim como serve o bem, pode desencadear o mal. Assim como orienta os leitores, encaminhando-os no bom sentido, pode desorientá-los, levando-os a cometer excessos, a praticar injustiças. Danton Jobim refere-nos, no precioso livrinho que não me caso de citar, e que é uma espécie de Bíblia do jornalismo moderno, à atitude de certos jornais brasileiros que desencadearam uma campanha violenta, a propósito de dois séculos de aprovação da lei que ordenava a vacinação obrigatória contra a varíola, criando um importante movimento de opinião adverso a essa obrigatoriedade. Essa campanha foi ao ponto de provocar uma revolta militar contra o governo Rodrigues Alves, cujo director da Saúde Pública, o sábio dr. Oswaldo Cruz, estabelecera (aliás com pleno êxito) um plano de luta sistemática contra a varíola e a febre amarela.

Facto idêntico passou-se entre nós, quando o dr. Ricardo Jorge, director dos Serviços Municipais de Saúde do Porto, preconizou severas e acertadas medidas que o tornaram responsável por debelar a epidemia de peste bubónica que se declarou nesta cidade no Verão de 1899. As disposições, porventura precipitadas, tomadas pelo governo, ordenando o estabelecimento de um cordão sanitário, e o isolamento de todas as casas da cidade, não foram bem vistas em Lisboa. Por isso, provocaram viva celexma, alimentada por descontentes campanhas de imprensa, que exortaram os ânimos populares. O dr. Ricardo Jorge foi o bode expiatório da ira popular. Apudado e perseguido, teve de sair precipitadamente do Porto, para pôr a vida a salvo.

Acusa-se por vezes a imprensa pelo facto de querer agradar ao maior número possível de leitores, de transigir com o mau gosto e de livrar-se a modicidade. «Au plus grand nombre il faut toujours s'accommoder — já dizia Molière. Claro que esta sentença não se pode tomar à letra. O jornal não deve, só pelo facto de querer captar o maior número de leitores, e aumentar a sua expansão, lisoiar os baixos instintos de certos leitores, acudir às solicitações mórbidas de muitos e transigir com a vulgaridade de tantos. A febre de sensacionalismo, que se atira à consciência que os jornais devem ter das suas responsabilidades e compromete o respeito que devem a si próprios, e de um dos aspectos mais salientes e depurados dessa transparência com o público, contra a qual um jornalista honesto e responsável tem o dever de se insurgir. A recuperação do sensacionalismo, com efeito, numa confusão grave dos valores da informação, corrompe o govin do público e leva os jornais a adoptar fórmulas afastadas da verdade objectiva que deve constituir a sua maior preocupação.

LEROY, G.  
SOARES, Mário  
CUNHAL, Alvaro  
BEZAY, J.

Expresso

15-07-05

17-18

# CUNHAL E SOARES FALAM PARA FRANCÊS VER E OUVIR 52 MINUTOS DE MONÓLOGOS ELEGANTES

UM INQUIETANTE face-a-face? Um diálogo inteligente? Um debate frutuoso, onde as dúvidas ficaram mais esclarecidas, ou as posições mais demarcadas?

A personalidade de Soares e Cunhal, as posições públicas que cada um deles já assumiu até hoje e o interesse e a expectativa criados à roda da emissão da ORTF, tinham conduzido os assistentes deste debate, à conclusão de que o êxito seria certo. Ou, pelo menos, seguro. Afinal, falou-se de muita coisa, mas nunca em profundidade, trocaram os "guerreiros" alguns pontos de vista, mas quase sempre superficialmente, disseram-se muitas frases, — mas forma as mais importantes?

Cinquenta e dois minutos ao longo dos quais, dois monólogos elegantes se cruzaram sem nunca se entrecrocarem, sem nunca ter havido faíscas...

Curiosamente, à partida, a preparação — ou não preparação — tinha sido a mesma. A este respeito, disse-nos Soares: "Este debate não obedeceu a preparação absolutamente nenhuma, e muito menos exaustiva. Os jornalistas da TV francesa, perguntaram-me se eu estava disposto a aceitá-lo, go que respondi que sim; logo a seguir, disseram-me que o dr. Cunhal estava também na disposição de aceitar este "frente a frente".

E, finalmente, informaram-me que ele teria lugar hoje, às 21 horas no hotel Altis. Cá estou. Quanto ao debate em si, penso que ele se vai desenrolar de forma interessante..

Por seu lado, Cunhal, afirmou-nos-ia: "O que é que quer, diga lá? Não, não me preparei para esta conversa. Tive um dia absolutamente normal, até bastante ocupado, invulgarmente ocupado. E aqui tem tudo o que lhe tenho a dizer, "de momento".

Fato escuro, meia de seda, acompanhado da sua mulher e filha. Soares mostrava uma grande descontração

quando, cerca de 40 minutos antes do início da emissão, chegou ao hotel Altis. Alvaro Cunhal, fato azul, um certo ar apressado, acompanhado de três indivíduos que não nos foi possível identificar, chegou ao Altis escassos minutos antes de começar a emissão. Depois de uma breve passagem pelo hall, onde se encontravam já os poucos convidados, (políticos e jornalistas) e de rápidas trocas de impressões com elementos da TV francesa, o secretário-geral do PC refugiou-se rapidamente na sala destinada à "maquillagem". Sobre o debate a que iamos assistir, dir-nos-ia Salgado Zenha, que "a democracia, é o confronto, a polémica, a exposição franca e aberta de quais as convergências e as divergências". E ainda que, na sua opinião "a democracia se faz não apenas com debates entre duas personalidades, mas com discussão de ideias e perspectivas políticas e sociais, relativamente às quais, será em definitivo o povo que julgará."

Falando em francês, num dos casos fluente e rápido, noutro mais lento e porventura mais elaborado, ambos os ministros se lançaram num debate que não trouxe nada de novo, a não ser o gorar-se a esperança de que qualquer coisa interessante, nova e profundamente esclarecedora acontecesse.

Mário Soares, empenhado em mostrar que é socialista, Cunhal insistindo exaustivamente nas "amplas liberdades democráticas", sem, no entanto, as definir. Ou sem que o seu colega socialista, lhe tivesse jamais pedido que o fizesse, o que talvez tenha sido mais grave. Ambiguidade, mais uma vez, na definição da "via para o socialismo", ambiguidade na discussão do caso "República", tratado "muito a correr", dando um pouco a impressão de que era assunto que não se podia perder, o que não significa que tenha sido bem conduzido. E, finalmente, nenhuma referência à situação económica.

Quanto aos dois entrevistadores. — George Leroy e Gerome Belley, da estação da ORTF "Antenne Deux", limitaram-se a fazer poucas perguntas, talvez na esperança de que "face-a-face", os leões soltasses as línguas — e as garras. "Face-a-face? Lado a lado quando muito, embora Mário Soares não seja completamente desta opinião.

"Eu penso que o debate correu muito bem, que foram discutidos pontos muito importantes, e que correu como deveria ter corrido; isto é, mostraram-se quais eram as linhas de convergência, quais as linhas divergentes, existentes nos dois partidos, particularmente no campo das liberdades, e particularmente no que diz respeito à concepção do socialismo e da sociedade futura que queremos construir. Talvez deveríamos ter falado nos problemas económicos, e na situação económica do nosso país, da ligação internacional de Portugal, daquilo que esperamos dos investimentos estrangeiros no nosso país. Estes aspectos poderiam ter sido tratados, mas talvez não tivesse havido tempo, fôram só 50 minutos. Excessivamente elegante este debate? Não, não se pode obrigar as pessoas quando não querem discutir certas coisas, a falar dessas mesmas coisas. Mas a verdade é que se trata de dois ministros do mesmo governo, a falarem para o estrangeiro, e que tem de ter em linha de conta isso mesmo. Não podem, como dizia o entrevistador, dar uma imagem de "frères ennemis"... Nós não somos irmãos inimigos, mas apenas pessoas que têm divergências normais em democracia, mas que estão associados num projecto que é comum, e que é de levar por diante a revolução portuguesa na liberdade e na democracia."

Por seu lado, Álvaro Cunhal, junto de quem manifestámos o desejo de poder trocar algumas impressões sobre a emissão, respondeu-nos: "É evidente que você não tem

culpa que o EXPRESSO sempre que se refere a mim, diga mentiras. Você não tem culpa disso." Insistimos. "Bem, é o que eu lhe digo, é istol O reporter não tem culpa, não tem..." disse-nos ainda o ministro português.

Entretanto, confessou a um nosso colega que o debate tinha "não esclarecido, mas contribuído para esclarecer." E por mais pequena que tivesse sido essa contribuição, "se sentia muito satisfeito com o facto de que a opinião pública francesa melhor conheça a nossa situação."

Para o entrevistador, George Leroy, os objectivos que se tinha imposto ao longo deste debate, foram na sua expressão "plenamente atingidos:"

"Em primeiro lugar, reunir pela primeira vez, e em território português, os dois líderes políticos. Ganhámos esta aposta. Em segundo lugar, conseguimos, deixar antever, através da conversa havida, os principais pontos da crise política portuguesa, tal como ela é vista pelo povo francês. E penso que em cinquenta minutos houve como que uma síntese, daquilo que todos os dias é transmitido pela Rádio, jornais, TV, etc. Finalmente, era necessário que a conversa não se transformasse num meeting-eleitoral, mas sim numa conversa, tout-court. E ainda foi necessário conseguir que as duas posições antagónicas aparecessem, o que foi possível, porque o debate processou-se de forma muito interessante. Conseguiu-se uma síntese. Estou contente por isso. Interrogado ainda sobre o facto de ter feito poucas perguntas, respondeu-nos Leroy que "tinha previsto muitas perguntas para o caso dos dois ministros não quererem porventura falar-se directamente. A partir do momento em que se registou exactamente o contrário, era meu dever, como director deste debate, de me apagar para os deixar falar."

A transmissão integral do debate aqui fica, para que os leitores possam ajuizar do seu valor e da sua oportunidade.

G. LEHOY: Meus senhores, creio que se pode dizer que, de comício em comício — e nós seguimo-los — transparece que vocês são, um para o outro, irmãos inimigos, pois parece que não querem o mesmo socialismo. Estão então condenados — é a primeira pergunta — a nunca se entenderem e talvez suscitarem sempre um do outro?

MÁRIO SOARES: Fazemos parte do mesmo Governo. Desde há um ano e quatro meses, somos ambos ministros dos quatro Governos Provisórios da II República Portuguesa. É, apesar das divergências que existem nas nossas concepções, a realidade é que estamos ligados à revolução portuguesa e queremos construir o socialismo. Mas, que tipo de socialismo? Creio que o MFA já indicou que é um tipo de socialismo pluralista, no respeito pelas liberdades do homem, no respeito pelos direitos do homem.

Haverá duas leituras deste socialismo pluralista? Não o creio. Em todo o caso, para nós socialistas portugueses, trata-se de construir em Portugal uma sociedade sem classes. Isto é para nós o socialismo. Uma sociedade sem classes não existe em nenhuma parte do mundo, mas nós queremos caminhar nesta direcção, sem copiar modelos, sem repetir os erros dos outros — pois os erros são trágicos como sabe — no respeito das liberdades, no respeito da pessoa humana. Acreditamos que o MFA pode conferir ao nosso caminho para o socialismo uma originalidade específica.

ALVARO CUNHAL: Vão ficar surpreendidos? As minhas palavras serão muito semelhantes com as que disse o doutor Mário Soares...

G.L.: Não estou surpreendido...

A.C.: Isto quer dizer que aqui, em Portugal, nós vivemos uma revolução democrática que se desenvolveu desde o 25 de Abril, que teve primeiro e sobretudo a iniciativa do MFA, movimento democrático revolucionário, e depois, com o movimento popular, o movimento das massas populares

em aliança com o MFA, procriou. Tivemos algumas crises, tentativas de contra-revolução, mas, a revolução democrática progrediu entretanto, para o socialismo.

Nós queremos, em Portugal, amplas liberdades. Talvez o nosso povo seja demasiado ambicioso. Queremos um regime democrático com amplas liberdades e queremos, ao mesmo tempo, acabar com a exploração capitalista. Como disse o doutor Mário Soares, queremos uma sociedade sem classes. Por isso, pensamos que o MFA tem um importante papel a desempenhar, por vezes mesmo determinante, neste processo. Caminhámos de facto, nós os portugueses, para uma sociedade com amplas liberdades com reformas profundas da nossa economia, da nossa sociedade, para uma sociedade sem exploração capitalista, uma sociedade sem classes.

G.L.: Achamos que é muito interessante vê-los muito simpáticos um com o outro, esta noite, embora todos nós nos lembremos dos comícios em que o tom dos discursos era bastante violento, tanto dum com o outro, acusando-se reciprocamente. Podem muito bem, tomar parte cortemente num Conselho de Ministros, mas quando estão num comício, já não empregam o mesmo tom. Achamos que nós temos ser, eventualmente, enganados com esta harmonia que reza — estou muito contente com isso — à volta desta mesa?

M.S.: Não pretendemos enganar-nos e também não queremos esconder-lhes as divergências que existem, pois elas existem. Mas, apesar das divergências — que são reais — poderemos discutir acerca disto... Há também uma convergência: o facto de os dois partidos e os outros partidos interessados no processo (PPD e MDP), os quatro partidos de actual coagulação, com o MFA, querrem um projecto que é a construção duma sociedade socialista.

É verdade que discutimos muito esse projecto. Temos ideias e talvez leituras, como já o disse, que não são completamente idênticas.



Alguns insistem, por exemplo, na construção do socialismo, à reacção, à contra-reacção, os perigos e os perigos dos reacçãoários que,

existem realmente. Outros insistem sobre o aspecto das liberdades públicas...

G.L.: Então, a primeira frase

era para Álvaro Cunhal e a segunda para si?

M.S.: Talvez, se assim o quiser...

## «Ditadura Comunista»

J. BELLAY: Fizeram um certo número de ataques, em comícios, por exemplo, que demonstram um desrespeito profundo. M. Soares é um homem de direita, disse-o muitas vezes. A. Cunhal significa isto que tudo que está para lá do Partido Comunista é de direita? A. Cunhal quer uma ditadura comunista, também o disse M. Soares...

A.C.: Oh, alguém disse isso? É inacreditável... Nós queremos uma ditadura comunista? Assim, com essas palavras?

J.B.: Não. É uma acusação feita por M. Soares.

M.S.: Bem, efectivamente, suspeito algumas vezes do PC de querer tomar de assalto o poder, isso é evidente. Disse-o e mantenho-o. Aliás, é daí que vêm muitas discussões e divergências entre nós... mas, antes de proseguir neste assunto, quero fazer

uma nota que me parece importante. É que em França há o hábito de ouvir e compreender o problema português duma maneira mecânica, transpondo-a para a realidade francesa. Ora, há diferenças profundas entre a realidade francesa e a realidade portuguesa. Primeiro, porque Portugal teve uma longa ditadura fascista, durante 48 anos, que marcou toda a gente. Em segundo lugar, porque acabamos de sair duma guerra colonial de 14 anos. Depois, a situação dos nossos dois partidos é diferente da do PCF e PSF. Assim, por exemplo, em Portugal não temos um programa comum de governo e é talvez também uma das razões das nossas dificuldades... Contudo, mesmo antes do 25 de Abril, eu tinha proposto a A. Cunhal e ao seu partido fazermos um programa comum...

G.L.: Verdade?

A.C.: Não vou responder a esta emissão por sim ou por não...

G.L.: V. também o dirá.

A.C.: Direi certamente...

M.S.: Mas, justamente, se temos definido o nosso socialismo, as fases, os meios, os objectivos... chegamos também a certos princípios que para nós são tão essenciais, como o da alternância do poder — o que o MFA admitiu igualmente no seu programa de acção política — quer dizer, o direito a haver oposição na via para o socialismo. Queremos manter a democracia como via para a democracia política, a democracia económica e social, a que para nós serve o socialismo. Para nós, isso é essencial. Será que para o PC o é igualmente? Se A. Cunhal o diz, então já não haverá dificuldades entre nós...

## «As mais amplas liberdades»

A.C.: Nós ditámos todos os dias, todos os minutos. Nós os comunistas, conhecemos bem o valor das liberdades. Penso que, durante 50 anos, nenhuma outra força melhor que a comunista souber dar tanto valor às liberdades políticas. Sofremos a opressão, conhecemos de muito perto e que respeitamos a privação das liberdades democráticas. Lutamos sempre pelas liberdades e podemos dizer que proseguimos esta luta antes e depois do 25 de Abril. Quero dizer com isto que, a quando das crises que tiveram lugar depois de 25 de Abril, o PCP hater-se sempre pela defesa das liberdades democráticas em Portugal, seja na altura da tentativa do primeiro ministro em Julho de 1974, seja depois das manobras do 28 de Setembro, ou ainda no 11 de Março de 1975. Nos momentos difíceis, lutamos para defender as liberdades democráticas, as quais estamos demasiado ligados para as termos em causa. Queremos, em Portugal,

um regime onde existam as mais amplas liberdades democráticas.

G.L.: Quais são essas liberdades?

A.C.: A liberdade contida no conceito de actuação dos partidos políticos, em primeiro lugar, a liberdade de imprensa sem censura prévia, as liberdades contidas no conceito geral de liberdade... mas tendo também em conta as condições especificamente portuguesas. Isto nomeadamente ao que diz respeito à liberdade sindical, tal como a entendemos em Portugal. Lutamos pois pela defesa das liberdades democráticas, nomeadamente pela liberdade que todos os portugueses têm de se organizar e manifestar as suas opiniões por escrito ou oralmente, de se reunir, de manifestar... Mas há uma condição: a de respeitarem as liberdades, de não utilizarem as liberdades para as destruir e instaurar de novo uma ditadura reaccionária em Portugal. Isto ao que diz respeito às liberdades...

No que diz respeito ao socialismo, compreendemos, bem enten-

dido, o socialismo à europeia, ocidental digamos, isto é um socialismo onde há monopólios que exploram, latifundiários que exploram...

G.L.: ... A social-democracia...

A.C.: Exactamente, a social-democracia... De facto, para nós comunistas, o socialismo passa pela destruição do poder económico dos monopólios, dos grandes proprietários de bens de raiz, em retorno, a destruição da exploração das classes trabalhadoras pelos capitalistas. Um socialismo sem capitalistas.

E esse o nosso socialismo.

G.L.: Pensa que o dr. Mário Soares é um social-democrata?

A.C.: É ele quem deve responder a essa pergunta.

J.B.: É por um socialismo à europeia ou...

A.C.: ... Não estou a falar de Mário Soares. Falo dos problemas portugueses e da mentalidade portuguesa.

G.L.: Mas ele é português e socialista!

A.C.: Não é um problema...

## «Se eu fosse alemão»...

M.S.: Se me permitirem, direi que, no que respeita às liberdades, estou encantado... Sei bem que os comunistas lutaram no passado contra o fascismo pelas liberdades, nomeadamente pelas eleições livres. Eu mesmo, como advogado, defendi muitos militantes comunistas presos no tempo do fascismo... Estive, aliás, nas mesmas prisões que eles e pelas mesmas razões. Sei, portanto, do que se trata e que os comunistas lutaram pela liberdade...

Sendo assim, será que eles atribuem a mesma importância às eleições?

Para nós, a democracia política é o respeito pelo sufrágio universal. E por isso que pensamos que as eleições têm uma grande importância, agora e no futuro. Tivemos eleições e é um acontecimento importante, pois que pela primeira vez o povo português decidiu livremente o seu destino... Escolheu livremente os seus deputados para a Assembleia Constituinte. Contudo, após as eleições, assistiu-se em Portugal a uma campanha de desvalorização das eleições, consideradas doravante como uma escresolência burguesa. Isto foi dito, por exemplo, no jornal "Avante" num artigo de fundo, onde se afirmava também que o eleitoralismo era contraditório com a via para o socialismo e a dinâmica revolucionária.

Ora, nós, os socialistas, afirmamos que, pelo contrário, na via para o socialismo existe a democracia, a democracia política. É no que diz respeito ao "socialismo à europeia", sempre disse que não sou social-democrata. Tenho amigos que são social-democratas. Aliás, se eu fosse alemão, por exemplo, votaria sem dúvida em Willy Brandt. O que não impede que eu seja socialista e não social-democrata. Aliás, penso que no meu país, a social-democracia não é viável. Contudo, também não me satisfaço o socialismo dos países do leste, que destruiu as liberdades e os direitos do homem. Em suma, se se trata de repudiá-la social-

democracia em Portugal, estamos de acordo... Mas, estaremos também de acordo no repúdio pelo chamado socialismo dos países do Leste?

G.L.: Vamos ver...

M.S.: ...que nós chamamos um capitalismo de estado...

A.C.: Estou a falar para franceses, falo em língua francesa...

É necessário, portanto, precisar alguns aspectos da situação portuguesa, bem conhecidos dos portugueses, mas, por vezes, completamente ignorados pelos estrangeiros. E, para começar, é preciso frisar que ainda não temos um regime democrático. Tentamos construí-lo, mas ainda não o está; temos somente uma situação democrática.

G.L.: As eleições, não foram suficientes?

A.C.: Para um regime não, ainda falta a Constituição.

G.L.: Não é um regime, mas uma situação...

A.C.: ... Uma situação, portanto, providória, uma situação que resulta duma revolução que começou no 25 de Abril e que continuou até aos nossos dias. É preciso compreender, portanto, que existem na situação portuguesa, no processo português, na revolução portuguesa, processos que podem ser parciais, que podem ser convergentes, que podem ser concórdantes ou pelo contrário contraditórios... É o que nós chamamos ao processo eleitoralista que tem os métodos e as tradições das democracias burguesas da Europa Ocidental.

Ora, em Portugal, existe um processo revolucionário que tem uma dinâmica das forças militares e populares; é a revolução do 25 de Abril e alguns aspectos do desenvolvimento da situação portuguesa depois do 25 de Abril. É um processo.

Foi, aliás, porque duma maneira geral se admitiu este processo em Portugal, que se chegou à conclusão de que era necessário estabelecer um acordo entre os partidos políticos e o MFA, que não tinha apresentado candidatos às eleições. Em suma, houve um pacto que foi assinado entre os

partidos e o MFA e esse pacto tem precisamente em conta o facto de que existe, no processo português, um desenvolvimento revolucionário e um desenvolvimento eleitoral. Portanto, para estas eleições se não se trata de eleições gerais os partidos subscreveram um pacto que determina os limites e as funções da Assembleia Constituinte: fazer a Constituição. Tem a minha assinatura pelo PCP, a de Mário Soares, pelo PS, e as de outros partidos políticos portugueses... Não se pôde, portanto, em causa as funções e as atribuições da Assembleia Constituinte. A Assembleia fará a Constituição e, se a fizer bem, ficaremos encantados... Mas se ela for mal feita, está lá, está feita... Em todo o caso ninguém contesta o direito que a Assembleia tem de redigir a Constituição.

De facto, não conseguimos simplesmente o facto de querermos voltar as eleições, que tinham

limites precisos, contra o processo revolucionário português. Ora, esse processo existe... E talvez para alguns uma infelicidade, mas existe...

G.L.: Em suma, se bem o compreendo, as eleições do passado 25 de Abril não correspondem a uma escolha da sociedade na qual pretendem viver os portugueses...

A.C.: De certa maneira, pode-se dizer que o nosso povo votou contra o fascismo, contra a reacção, contra o regresso ao passado... Votou pela aspiração geral por uma sociedade progressista socialista. No pacto assinado entre os partidos e o MFA, havia a indicação do socialismo português. É uma indicação muito vaga, e verdadeira, mas que corresponde às aspirações profundas, ainda mal definidas. Não se pode considerar, aliás, que esta indicação do socialismo esteja bem definida nas largas massas do povo português. É uma aspiração geral e o voto

confirmou-a, nomeadamente no que se refere a uma grande aspiração pela liberdade e pela transformação social, para um socialismo ainda mal delimitado no espírito de milhões de homens. Aliás, em todo o caso, uma aspiração do nosso povo que se exprime na Constituinte e que nós reconhecemos.

I.B.: V. não costuma estas situações porque as perdeu?

A.C.: Mas não se trata de perder ou de ganhar. No sentido em que o nosso povo votou na liberdade e pelo socialismo, direi que o povo ganhou. Não somos um partido com tendência sectária: Nós existimos para servir o nosso povo e as transformações que servem os nossos interesses fundamentais. Assim, se as liberdades, as transformações democráticas, as transformações sociais e as convicções são garantidas, ficaremos satisfeitos, mesmo que haja partidos com maior audição que o PCP.

## «No Norte e em algumas ilhas»

G.L.: Mas isso quer dizer que, de facto, o povo português, ou pelo menos 40% do povo português tem mais confiança em Mário Soares e nos amigos políticos para conduzir o país ao socialismo do que em V. e nos seus amigos políticos...

A.C.: Sim, talvez. Mas acrescento algo mais. V. pronunciou, ou talvez M.S. já não me lembro bem, a palavra "depois". Isto é. Já se que, depois das eleições, o PCP esforçou-se por lhe diminuir a significação. Não foi depon, mas

sim antes. Desde o mês de Outubro, com efeito, nós dizíamos que era preciso instaurar verdadeiramente as liberdades democráticas em todo o país, porque existem ainda regiões onde se não pode viver ainda uma situação democrática normal. Há ainda forças reacionárias que impedem, por exemplo, os comunistas de se exprimirem, e exercem violência contra os militantes comunistas. É o caso no Norte de Portugal e em algumas ilhas. E por isso que, antes das eleições, nós afirmámos

que não seria de considerar os resultados obtidos nessas regiões como significativos da vontade realmente livre do nosso povo. Desde modo, pensamos ter obtido que resultado satisfatório. Mas, não respeitamos os resultados obtidos. Existe aliás uma assembleia...

G.L.: Com os seus defeitos...

A.C.: Sim, concretiza, com os seus defeitos e suas virtudes.

Continua, pág. 18



# Cunhal e Soares falam para francês ver e ouvir

Continuação da p. 17

M.S.: É verdadeiro que o PCP fez uma campanha, antes das eleições, para que estas não tivessem todo lugar. Esta ideia foi expressa em várias ocasiões e os comunistas opuseram-se, por exemplo, à realização de eleições nas autarquias locais. Ora, para nós, socialistas, a verdadeira democracia de base implica precisamente a eleição local. Insistimos, nessa altura, para que essas eleições locais fossem feitas. Agora o prazo para essas eleições foi fixado e terão lugar depois da Constituinte, melhor, ao mesmo tempo que as eleições legislativas, previstas para os fins de 1975.

A. Cunhal utilizou uma expressão que a meu ver não está certa. Disse, talvez com um certo desprezo "democracia burguesa" ... e fala sempre de "liberdades burguesas".

Ora, existe entre nós uma divergência, pois, para mim, a democracia é um valor essencial; não é nem burguesa nem proletária, é a

democracia. Isto significa que respeitamos os não a vontade do povo... Ora, para conhecermos essa vontade, é preciso pedirmos ao povo a sua opinião. Pelo contrário, na tática e na estratégia do PC, por exemplo, insiste-se na ideia que a democracia tem características burguesas, sendo bem entendido que aqui "burguesas" tem um sentido pejorativo.

Dai a nova pergunta: Será que, no futuro, durante toda esta caminhada — que vai ser longa — para a construção do socialismo, o Partido Comunista respeitará a vontade popular?

Por outro lado, será que o PCP — que com os seus 12% de votos é um partido minoritário — pode-se arrogar o direito de interpretar sozinho a vontade popular e mostrar como se deve construir o socialismo, rotulando de contra-revolucionários, reaccionários e burgueses todos aqueles que se codem as suas concepções. Estas são, para nós, questões essenciais...

## Santiago Carrillo

G.L.: Muito interessante...  
 M.S.: ...Muito interessante porque isto diz respeito a alguns partidos comunistas... Eu li, por exemplo, a entrevista dada ao "Nouvel Observateur" por Santiago Carrillo. Ele diz: "Nós sabemos agora, nós, comunistas, como os italianos, nós sabemos que a marcha para o socialismo na sociedade da Europa Ocidental, se fará pela via da democracia e jogando o jogo da democracia, respeitando o sufrágio universal". É o PC italiano, que dispõe de 34% dos votos, pensa que não poderá, apesar dos seus 34%, impor a todo um país uma via de tipo revolucionário que não tenha o apoio das massas populares, expresso por valores democráticos". Com efeito, para nós, esses valores da democracia são valores permanentes, quer se trate de uma situação de dominação burguesa, ou de uma situação de dominação proletária ou das massas populares.

A.C.: Há um princípio democrático que, eu penso ninguém recusa: é aquele que permite a cada um o direito de exprimir a sua opinião. Assim, nós, os comunistas, mesmo que fossemos um só comunista em Portugal, gostaríamos de ter o direito de exprimir a nossa opinião sobre todos os problemas portugueses. E a nossa opinião, precisamente, é que em Portugal, mesmo que se queira, daqui em diante, não se poderá ter um regime de democracia burguesa. Eu aplico esta palavra em função do que a burguesia fez no século XVIII e XIX, com a sua revolução e a instauração de um regime e um sistema novo, que teve a sua época, e era um sistema revolucionário. Isto não tem nenhum sentido pejorativo no século XVIII e XIX... Hoje em dia é talvez um bocado diferente...

Sendo assim, o que caracteriza a democracia burguesa é uma dualidade. De um lado as liberdades (ainda falta discutir estas liberdades, porque há regimes de democracia burguesa onde, por vezes, os partidos políticos não são iguais: é o caso, por exemplo, da RFA depois da segunda guerra mundial) e, do outro lado, a dominação económica dos monopólios, dos grandes senhores da terra. Se nós olharmos para os países da Europa Ocidental, encontramos esta dominação, porque há monopólios que exploram a classe operária como se

as liberdades não existissem. São portanto, duas questões diferentes.

Nós queremos as liberdades das democracias burguesas, mas não queremos a dominação dos monopólios e dos grandes senhores da terra. Eis uma grande diferença. Por outro lado, nós estamos satisfeitos por reconhecer as liberdades, mas, em contrapartida, não queremos liberdades que representem, para um povo, gritos, sofrimento, fome, exploração... Quer dizer, as liberdades que não podem alterar nada de fundamental, isto é, impedir toda a exploração. Aliás, não somos apenas nós que o afirmamos. Trata-se, creio-o, de uma aspiração muito geral. Há forças revolucionárias portuguesas. (É quando digo revolucionárias é para sublinhar bem que em Portugal, queira-se ou não, há uma revolução. E a Europa capitalista está um pouco surpreendida com este facto: ver este pequeno povo que julga poder escolher o seu destino fora dos quadros tradicionais da política europeia ocidental. Com efeito, aqui em Portugal há uma revolução e há forças. O PCP, mesmo se não tivesse sido um militante, teria o direito de dizer o que pensa da revolução portuguesa e das soluções que se lhe oferecem. Queremos liberdades, mesmo as que são colhidas no quadro da democracia burguesa. Todavia, desta democracia burguesa nós recusamos o poder dos monopólios, recusamos a exploração dos trabalhadores.

Eis, portanto, a grande diferença para nós. Ela é real e eu creio que é ela que cria certas dificuldades. E eu emprego a palavra "dificuldades" para sublinhar ainda uma outra coisa: é que embora nós pensemos que a revolução portuguesa tem duas aspirações (liberdades e socialismo), pensamos também que há ainda hoje — e quando eu digo hoje quero dizer com isto o dia em que vivemos — esforços a fazer porque, infelizmente, nós não estamos ainda à altura de dizer se há divisão das forças democráticas. Se há divisões que são pelas liberdades e pelo socialismo em Portugal, a vitória final está assegurada. Isto todo para sublinhar que há suficientes elementos, mas nós reconhecemos que a liberdade tem um lugar especial. Desejando de outra maneira, e preciso ainda defender — e nós continuaremos a fazê-lo — as liberdades.

## «O centro do problema»

M.S.: Se me permite, estamos a aproximar-nos do centro do problema. Nós, socialistas, também somos contra os monopólios. Somos adeptos convictos da reforma agrária, que, em Portugal, ainda está no início. Somos pela destruição daquela forma de capitalismo parasitário que existia na sociedade portuguesa. Sobre isso não há, portanto, divergências. Essas divergências, só surgem, assim, quanto aos meios de alcançar esses objectivos. Se me permite, leia ainda uma pequena frase da entrevista dada ao "Nouvel Observateur" por Santiago Carrillo, secretário-geral do PCE, "nestas condições, diz ele, não cremos que seja necessário apostar na derrocada do estado capitalista, como foi o caso da Rússia, em 1917, depois da queda do czarismo. A passagem ao socialismo pode fazer-se, de hoje em diante, na continuidade, graças à acção conjunta de todas as forças que contestam o capitalismo". Isso é realmente o ponto de vista que na minha maneira de ver é correcto.

Em Portugal, teremos nós encontrado esse equilíbrio? Batendo-nos contra os grandes monopólios portugueses, criámos as condições favoráveis para uma sociedade mais justa, mais humana que a sociedade capitalista. Limitámos os monopólios e os latifúndios. Contudo, deveremos apostar, como na Rússia em 1917, na derrocada do estado capitalista, ou deveremos, pelo contrário, manter certas estruturas e fazer uma transição pela via pacífica, uma via que respeite o consenso da maioria da população portuguesa, quer dizer pela via democrática permanente? Escusado será dizer que nós, socialistas, defendemos esta última opção.

E é aqui que nós abordamos os problemas importantes. Porque, esta questão encadeia-se com outro problema que A. Cunhal justamente levantou, quando ele disse que todos os revolucionários portugueses deveriam ter consciência do problema que representa a contra-revolução, que está lá e nos ameaça. É verdade, nós temos também o mesmo sentimento. Ontem mesmo, houve uma fuga espectacular de elementos da PIDE, a polícia política do antigo regime, e nós sabemos igualmente que há conspirações. E eu digo: será que nós devíamos ganhar as massas populares para a revolução ou, ao contrário, deveríamos ir para medidas de tipo sectário, pela recusa da democracia, da vontade que o povo exprimiu nas últimas eleições, voltar esse povo português contra a nossa própria revolução? É precisamente por isso que há aspectos na vida política portuguesa que nós criticamos, porque esta atitude que nós acabamos de denunciar, poderá debilitar a revolução apesar dos homens que consideram estar sempre a lutar a contra-revolução...

A.C.: A revolução portuguesa é muito, muito generosa. Fez-se uma revolução e pode-se afirmar que nem um só fascista foi morto pelo povo, depois de cinquenta anos de opressão. Toda a gente vê como esta revolução feita por militares é pacífica. De qualquer modo, não é porque a revolução é pacífica que se deve impedir a utilização da força, não para matar, mas para impor uma vontade revolucionária a um dado momento.

Fala-se de Estado. E nós pensamos que o Estado faz progressos. Temos, aliás, Forças Armadas que são diferentes do que eram antes do 25 de Abril. Trata-se de uma grande transformação no nosso Estado. De qualquer modo, há ainda outros aspectos que é preciso transformar, porque há ainda muitos sectores estaduais que não correspondem aos objectivos democráticos e socialistas actuais. E, para modificar, nós não copiamos modelos, não vamos procurar experiências absolutas. É preciso estudar as experiências de outros países, mas é preciso também atender às questões portuguesas, aos problemas portugueses. É isso que nós tentamos fazer, nós os portugueses, uns e outros.

No que se refere aos assuntos tratados por M. Soares, registo-os com uma grande satisfação, sobretudo o facto que ele tenha sublinhado o perigo que representa a contra-revolução em Portugal. Porque, bem entendido, esse perigo existe. E é por isso que nós nos esforçamos sempre (nós temos-lo repetido sem resultado, mas esperamos que ainda não seja tarde...) em realçar a nossa vontade de nos entendermos com todas as forças democráticas incluindo o Partido Socialista.

G.L.: Porquê incluindo o Partido Socialista?

A.C.: Sim, estou de acordo consigo: incluindo e antes de mais, o Partido Socialista... porque há ataques muito graves contra o nosso partido. Primeiro, porque, entre os partidos políticos portugueses, nós pensamos que, com efeito, o PCP e o PS são os melhor colocados para colaborar estreitamente com todas as forças revolucionárias democráticas, contribuindo assim, eficazmente para a transformação do nosso país.

Assim, nós sublinhamos isto, porque pensamos que é preciso unir-se contra a reacção e não unir-se a alguns sectores da reacção contra os comunistas. Por detrás da defesa das liberdades e do desenvolvimento da revolução portuguesa, é preciso, portanto, unir todos os democratas portugueses contra o perigo da contra-revolução. Ontem, no Brasil, Spínola foi recebido por um ministro brasileiro (não me lembro qual) e, segundo as agências noticiosas, um oficial que o apresentou terá dito "Eis o sr. Spínola. Hoje está

... qui, mas amanhã será o Presidente da República Portuguesa."

Portanto, há ainda alguns doidos entre nós que pensam que é possível efectuar um golpe de estado de direita, como no Chile ou de outra maneira, para impor ao nosso povo uma ditadura reaccionária. Eu estou convencido, absolutamente convencido, de que, se eles experimentarem, falharão. E nós pensamos que é preciso unir as forças válidas, todas as que estão interessadas na defesa das liberdades, para assegurar um futuro de progresso social, esse futuro socialista que todos os portugueses afirmam agora ser a sua opção.

M.S.: Há um ponto a propósito do qual eu posso tranquilizar A. Cunhal: não contamos unirmo-nos "contra os comunistas". Não fazemos anti-comunismo. Algumas vezes criticamos e marcamos as nossas divergências. Estamos no nosso direito. Dizemos e pensamos que não somos a favor duma solução que esclua o PC da vida política portuguesa, mesmo do governo... Nós dissemo-lhe desde o início, quer dizer desde o momento em que fomos convidados a participar no governo que o PC deveria participar nesse governo e continuamos a pensar que esta participação é um factor positivo. Todavia, é preciso também que o PCP faça duma maneira leal o jogo da democracia e respeite as suas regras. Especialmente, bem entendido, a regra da alternância do poder e a regra da democracia e do respeito pelo sufrágio popular.

Se estas condições forem realizadas, podemos facilmente defender a revolução. Se ao contrário nos isolamos e nos dirigirmos para um sistema muito duro (um sistema que poderia, por exemplo, exercer repressão porque encontrasse dificuldades ou resistências...), não cremos que isto legítimo.... Sobre isto, não se deve comparar imediatamente as críticas ou as posições a contra-

-revolução. No regime fascista havia um vício que consistia em considerar toda a oposição como sendo "comunista". E agora, basta uma palavra, uma crítica ao PCP para que se seja imediatamente taxado de anticomunista, de reaccionário, de fascista... eu próprio já fui considerado algumas vezes como reaccionário, e, por isso, catalogado entre a reacção portuguesa...

Em síntese, creio que para defender bem a nossa revolução será preciso dar provas de tolerância. Será necessário entrar no jogo da democracia e suas virtualidades, que são enormes. Pois, o povo português ama as liberdades e quer a democracia. Se nós conseguirmos defender a democracia, não nos separaremos da Europa, o que é muito importante, pois não podemos considerar o caso português — e a revolução portuguesa — como um caso isolado do resto da Europa. Devemos ter em conta a posição geo-estratégica de Portugal num contexto europeu e num contexto mundial, entre o Mediterrâneo e o Atlântico, entre a Espanha e os Estados Unidos, por um lado; por outro, devemos ter em conta o progresso no desanuiamento e na segurança europeia. Sabemos que isto é muito importante tanto para a Europa como para o mundo.

E exactamente por estas razões que é preciso não precipitar as coisas num sentido que possa aparecer como uma dissolução de Portugal no flanco ocidental da Europa. Quer dizer, dar a impressão que Portugal vai ser um Cumbal contra o sistema ocidental, ao qual aliás nós pertencemos. Daí o nosso interesse de termos em conta o desanuiamento internacional e também os progressos dos movimentos de esquerda em toda a Europa. Digamos portanto, que certas evoluções podem prejudicar o progresso dessa esquerda europeia...

## «Venham, vejam, observem se há aqui um golpe de Praga»

A.C.: Certas evoluções, sem dúvida... e sobretudo certas maneiras de falar no estrangeiro... Leio muito a imprensa francesa, e vejo bem que no estrangeiro estão longe de compreender a nossa situação em Portugal... Falo com jornalistas estrangeiros, agora falo em língua francesa, e gostaria muito que os franceses vissem a Portugal para verem a nossa realidade, e que a vissem com os olhos abertos.

Poderão então verificar, em primeiro lugar, que o nosso povo não dispõe apenas de liberdades, mas que as respira. O nosso povo,

depois de meio século de fascismo, respira agora as liberdades. Sim, ele gosta das liberdades democráticas, e abre bem os seus pulmões para respirar esta liberdade à vontade...

Portanto, é preciso compreender a nossa realidade e não pensar (porque se diz no estrangeiro, tanto estrangeiros como infelizmente portugueses...) que há em Portugal uma ditadura comunista... que há ou se prepara um golpe de Praga em Lisboa. É exactamente isto que se escreve no estrangeiro. É preciso, então, vir a Portugal para ver se há uma ditadura comunista militar, como se

afirma nos jornais estrangeiros... Venham, vejam, observem se há aqui um golpe de Praga, aqui em Portugal!

Depois julguem da nossa situação tal como ela é, e não como querriam que ela fosse para ter o pretexto de brandir, contra a vontade do nosso povo, interesses que não são os nossos...

Acreditamos, nós os portugueses, que temos todo o direito de decidir sobre o nosso destino, e quando dizemos o nosso destino, damos pelos métodos, pelas regras que escolhemos, nós mes-

mos. Assim, elabora-se uma Constituição; e isso é perfeito. Haverá então um regime democrático. Porque neste altura, ainda não temos um regime democrático: reconhecemos ambos, pelos menos em palavras e em escritos, que estamos num período de transição, de três, cinco anos... Em princípio, cinco anos em que é preciso ainda jogar...

M.S.: Porque cinco anos, em princípio?

A.C.: Cinco anos, é o que está estabelecido...

M.S.: Não. De três a cinco... Porquê em princípio cinco?

A.C.: Então, é até cinco...

## «Admito mesmo novidades e surpresas»...

G.L.: Está desconfiado?  
A.C.: Depois se verá, em princípio três... Concedo em tudo o que quiser, mesmo quatro...

G.L.: M. Soares, três, e Você cinco?

A.C.: Não exactamente, não é isso. Admito três e admito cinco... Admito mesmo novidades e surpresas...

G.L.: De qualquer maneira, são os militares que decidem?

A.C.: Não, são os militares.

Será o nosso povo quem decidirá. No povo há os militares e os civis... Todos eles formam o povo. Não se deve fazer uma distinção entre militares e civis. Há os partidos, há os militares, a dinâmica no nosso país... É o nosso povo que avança com os militares, com os civis.

G.L.: Vocês fizeram-nos uma análise global das liberdades. Entremos um pouco no detalhe. Vocês cristalizaram as vossas divergências sobre as liberdades

em torno do caso "República". Pensam que isso é uma expressão de liberdade?

A.C.: É que é necessário vir primeiro a Portugal e observar. Verão então que os operários portugueses, desde o 25 de Abril, lutaram muito para libertar os órgãos de imprensa das mãos dos monopólios, dos bancos. Os bancos eram os proprietários de praticamente todos os órgãos de informação. Num processo

irregular que não tem regras, numa revolução não se pode escolher as regras na sua cabeça, ou num manual. É o próprio povo que, durante uma revolução, faz as suas regras. Portanto, regras, surpresas, inovações... numa luta criadora de nosso povo, os operários lutaram pela libertação da imprensa e da expressão. Esta luta foi, por vezes, a ocupação de jornais. É uma grande luta que, por fim, libertou os jornais da direcção dos Bancos privados.

# «O PCP nada tem a ver com o caso República»

G.L.: E agora, a "República" já está libertada?

A.C.: Não senhor, não senhor, não digo isso. Mas agora a "República" não se publica...

G.L.: E você lamenta isso?

A.C.: Há um conflito... sim, lamento-o profundamente.

G.L.: E você faz tudo o que está ao seu alcance, para que o jornal reapareça?

A.C.: Sim. Mas isso é outra questão, e para lhe responder teria que lhe dar bastantes explicações... Mas o que queria dizer, antes de tudo, é que o PCP nada tem a ver com o caso "República". De resto, por exemplo, o próprio Presidente do Grupo Parlamentar do PS reconheceu há três dias, na imprensa francesa. Você lê esse artigo; eu penso que ele de facto disse-o, e, aliás, não houve nenhum desmentido...

Portanto, o Presidente do Grupo Parlamentar socialista afirmou que o PCP nada tinha a ver com o caso. Todavia, na mesma altura, o jornal "República" e o PS — eu não quero estar aqui em polémica com o PS, perante os franceses, porque sou daqueles que pensam que quando há dificuldades, no seio duma família, não se devem abrir as janelas para que os vizinhos oçam...

G.L.: Pensa, como se diz em francês, que a roupa suja deve ser lavada em família?

A.C.: Não, não se trata de roupa suja. Não se pode falar de roupa suja nas famílias onde há problemas, quando cada um tem a prudência e a honestidade de não abrir as janelas aos outros. Nada tem a ver com a roupa suja...

Eu desentendi, e não sou francês, que em França não se tenha uma ideia errada da situação portuguesa. Tenho deveres em relação ao meu partido, ao meu povo, à minha pátria, à revolução portuguesa no seu conjunto...

Logo devo ter em conta, quando falo francês, que se trata de uma linguagem diferente... Tenho responsabilidades em relação ao Governo Português, ao nosso povo ao nosso partido, ao nosso país, e respeito tudo isso, quando falo para um país estrangeiro. Dito isto, e no que toca à "República", lamento que se tenha atribuído aos comunistas portugueses, o que o próprio Presidente do Grupo Parlamentar Socialista, acaba de desmentir, porque, tal como esse, o PCP, nada tem a ver com esse caso. Mas lamento também que este problema, que se poderia solucionar mais facilmente, não tenha ainda achado solução. Se me perguntar porque é que a "República" não aparece...

G.L.: Não aparece.

A.C.: Não aparece e é lamentável. Teria sido melhor que a "República" tivesse continuado a sair calmamente, e que este incidente não se tivesse produzido. Todavia, não nos condanamos os trabalhadores; sabemos que a sua luta se insere num processo muito complexo da sua própria liberdade de opinião. Há aqui um conflito moral, um conflito de trabalho... Nós pensamos que é preciso resolvê-lo, e ele estava já certamente resolvido se não tivesse havido uma especulação que poderia muito bem ter sido evitada.

M.S.: A. Cunhal, duma maneira muito cortês, é preciso reconhecer, acusa-me ou talvez insinue que são declarações que eu fiz ou que fazem as pessoas do PS que podem prejudicar a revolução portuguesa. Nada disso. Não é essa a nossa intenção, nem de resto o que está a acontecer. Fala-se, fala-se de liberdade. Mas se estamos aqui, num debate, é necessário falar francamente das coisas, porque doutra maneira, o debate não teria razão de ser... Estes dias que vivemos e a experiência portuguesa, interessam todo o mundo, e sobretudo os europeus. É portanto perfeitamente natural que nos exprimamos de uma maneira mais ou menos livre sobre os problemas portugueses. Bem entendido, isso não significa que se fale de roupa suja em família. Nem se trata de roupa suja...

Trata-se de discutir politicamente os problemas políticos, que se põem à nossa sociedade, e que interessam não somente aos portugueses, mas também a todos os europeus. Sendo assim, podemos interrogarmo-nos sobre o que no estrangeiro afectou mais a imagem do PCP e de nossa revolução: o caso "República", ou antes essa estória dada recentemente por Álvaro Cunhal a Orlana Fallaci...

A.C.: Desmentiu-se G.L.: V, fer um desmentido, Álvaro Cunhal?

A.C.: For mal-mente... G.L.: Formalmente? A.C.: Formalmente. G.L.: E desmente-a?

A.C.: Não toda a entrevista, não... as faladas que...

G.L.: Ah! Você não desmente senão uma parte?

A.C.: Reprodzões que ele fez, claro que sim... Desmentimos imediatamente. A acção é carregada da propaganda no meu partido desmentiu-a...

M.S.: Bem... A.C.: ... Ela desmentiu-a, e apesar disso a "República" reproduziu a entrevista completa.

M.S.: Bem. É importante. Nós sabemos como é que os jornalistas fazem para explicar as coisas...

Sendo assim a posição do Partido Socialista (a propósito do caso "República" considera que há evidentemente na comissão de trabalhadores, pessoas que não são comunistas.

### (DEFICIÊNCIA DE GRAVAÇÃO)

É isto que é muito importante. E isto é incrível quando se lê a imprensa portuguesa. De facto, depois desta luta de que fala Álvaro Cunhal, e que levou os trabalhadores a substituir os directores e as equipas de certos jornais, verifica-se que, posteriormente, a verdade aparece sempre dum modo muito especial, e duma maneira que não é objectiva...

Trata-se de propaganda e duma lavagem dos cérebros. Isto é grave. Aliás, se não tivesse havido resistência por parte dos jornalistas e directores do "República" (inteiramente compreensível), teríamos neste momento como director do "República" um comunista. Belo Marques, que chegou a publicar uma vez o "República", com a sua assinatura como director... Foi por isso que nós protestamos. Nos, nós, o caso "República" não é um conflito de trabalho, trata-se dum litígio político, profundo em causa a liberdade de imprensa.

G.L.: Álvaro Cunhal vai-lhe responder. Querá simplesmente lembrar-lhes que nos restam pouco mais que cinco minutos para o final do debate. Portanto, chamo a vossa atenção para que...

A.C.: Se me permite dar a resposta...

G.L.: A si compete dar a resposta.

A.L.: Apele-me dizer que acabei de ouvir o mais original dos siléngios... Portanto, o partido Comunista Português teria uma estratégia global que visaria tomar o "controlo" de todos os meios de Informação. Por outro lado, é já sabido que o PCP nada tem a ver com o caso "República"... A minha conclusão é, pois, que, ao afirmar-se que o PCP controla o caso "República", acabam de me fazer a demonstração mais original de um siléngio...

M.S.: Não foi o que eu disse.

A.C.: É a minha conclusão. Siléngio porque se afirma que o PCP tem uma estratégia global para controlar os meios de Informação quando a verdade é que se está a servir de um conflito (República) com que o PCP não tem nada a ver para fazer precisamente a demonstração desta estratégia global dos comunistas portugueses.

M.S.: Há ainda muito a dizer sobre o caso "República". É isto porque os militantes comunistas da

"República" saíram antes para prepararem a operação e voltar (dirigindo-se a Cunhal) sabe-o muito bem.

A.C.: Ah! Não fazia ideia!

M.S.: Havia isto membros da redacção da "República" que eram comunistas e que saíram uma semana antes de reabrir o conflito. Na verdade, eu não disse que o Partido Comunista nada tem a ver com o assunto. Disse que os trabalhadores não são todos comunistas.

A.C.: Mas o presidente do Partido Socialista na Assembleia Nacional é o contrário do sr. Soares.

M.S.: Nós somos um partido...

G.L.: Não me parece, des. Soares e Cunhal, que se consigam pôr de acordo sobre o problema da "República".

A.C.: Vamos discutir tudo isso e pode ser a certeza que encontraremos uma solução democrática. G.L.: Havemos de nos e toda a gente está interessado nisso. Mas antes de concluir, peço que temos de chegar às últimas questões. Por exemplo, não pensam que as vossas lutas são um pouco inúteis visto que em Portugal não há realidade os militares quem governa?

A.C.: Claro que não. Aqui em Portugal — já é dissenso várias vezes e insistimos — o povo sem os militares não pôde instaurar nem defender as liberdades democráticas e assegurar o futuro progressivo do nosso país. Mas também afirmamos que os militares sem o povo não podem quase nada. Dizíamos, dizemos e continuaremos a dizer porque a realidade vai confirmar esta aliança entre o povo e o MFA, motor da nossa revolução e cujo apoio é indispensável para garantir as liberdades em Portugal e assegurar o caminho que, de uma maneira geral, o nosso povo escolheu: um caminho para o socialismo e a transformação democrática profunda do país.

G.L.: Esta de acordo, Mário Soares?

M.S.: Sucreve plenamente essa conclusão. Há com efeito dois poderes em Portugal; o poder do sufrágio universal (representado neste momento pela Constituinte enquanto não há assembleia legislativa) e eleições municipais) e o poder do MFA, o poder militar. Claro que haverá que encontrar o ponto de equilíbrio entre estes dois poderes... Se se este equilíbrio existir, de resto, é que a nossa democracia poderá caminhar para o futuro. Este equilíbrio pode lançar as bases do socialismo em Portugal. Mas se ele não existir, a democracia e o futuro de Portugal podem correr o maiores perigos.

## «As divergências dos partidos podem levar a outras formas de organização popular»

G.L.: Mas não lhe parece que a imprensa que se pode ter no exterior é que os militares do MFA começam a estar furtos das lutas dos partidos políticos e que um dia poderão eventualmente passar sem eles? Não têm medo que isso aconteça?

M.S.: Eu não. Porque acho que o MFA é composto, na sua maioria, por homens sinceramente democratas. Esses homens não querem governar uma ditadura. Aliás, se eles o quisessem tê-lo-iam feito logo a seguir ao golpe militar do 25 de Abril. Não, creio que eles querem sinceramente caminhar para o socialismo na democracia, no pluralismo. Porque são democratas, sabem muito bem que sem os partidos políticos, sem os sindicatos livres, não há democracia verdadeira.

G.L.: (dirigindo-se a Cunhal): Pensa da mesma maneira?

A.C.: Sim, mas há ainda o movimento popular, várias formas de organização. Os partidos são uma das formas mas as divergências entre eles dão justamente um valor especial a outras formas de organização popular, isso é indiscutível. Se os partidos não se entendem, se há dificuldades muito graves numa coligação como a nossa, o problema que se põe pode eventualmente conduzir à procura de uma solução, sobretudo se o governo, em virtude das suas contradições internas, não está em condições de aplicar a política definida. Por isso insistimos na necessidade de manter a coligação actual. No entanto, temos que nos entender ao nível da acção governamental e ao nível do plano de

acção das massas. De resto, propusimos recentemente que os partidos da coligação se concentrassem, quer através de encontros bilaterais, quer multilaterais. E preciso caminharmos para a frente juntos, para a realização do projecto comum afirmado. Numa palavra, achamos que numa coligação tão grande como a nossa, há que fazer tudo para evitar as contradições que paralisam, as quais poderiam efectivamente resultar, como muito bem disse, na aliana os partidos políticos (mesmo na hipótese das divergências entre eles) então cai-se na anti-democracia.

G.L.: E tornaria a partir para o estílo?

procura pelos militares de uma outra solução. Esta procura, já existe, graças a inúmeras dificuldades. No entanto, pensamos que ainda estamos a tempo de salvar o esquema de uma coligação larga das forças sociais e políticas, mas sem querer dramatizar, e preciso encontrar depressa uma solução.

M.S.: Ai, não estou de acordo. Sem partido não há democracia...

A.C.: Não digo o contrário...  
M.S.: ...É o pelo sufrágio universal que o povo deve exprimir a sua escolha. Resumindo, se se concebe uma forma de governo que

M.S.: Isso eu não quero, não quereria...

G.L.: Espero bem que não...

M.S.: Não, esse perigo não existe. O povo português está muito ligado à liberdade e à democracia... E vamos ter uma verdadeira democracia em Portugal.

A.C.: Estamos de acordo com esta última afirmação.